# Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 28 de dezembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.273
ISSN 1980-9123

INÊS249

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br


## EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Mais verdade, menos 'embromês'; encaremos a nossa realidade.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

## PALESTINA: US$ 200 MI; UCRÂNIA: US$ 45 BI

Biden relega tese de 2 Estados e abandona palestinos.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Uma queixa é registrada junto ao Sinan a cada 15 minutos.
Por Paulo Márcio de Mello, **página 4**

# Taxa média de juros vai a 44%

## Dívida compromete mais renda das famílias

O endividamento das famílias com operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou 49,8% em outubro, com alta de 0,2 ponto percentual (p.p.) no mês e de 1,4 p.p. em 12 meses. O comprometimento de renda ficou estável no mês e aumentou 2,1 p.p. desde outubro de 2021, situando-se em 28,2%.

Os números foram divulgados pelo Banco Central. A taxa média de juros do crédito livre (exclui crédito direcionado, como BNDES e habitação) alcançou 44,1% ao ano em novembro, com alta de 1,4 p.p. no mês e de 10,4 p.p. em 12 meses.

A elevação é bem superior à alta da taxa básica de juros da economia, Selic, no período. Em novembro do ano passado, a Selic estava em 7,75%, percentual que passou para 13,75% em novembro de 2022, com alta de 6 p.p. em 12 meses.

No crédito livre para as empresas, a taxa média situou-se em 23,4% ao ano. No crédito livre para as famílias, taxa média de 59%, com elevação de nada menos do que 14,6 p.p. em 12 meses.

O spread bancário (diferença entre o custo de captação pelos bancos e a taxa cobrada dos clientes) das novas contratações situou-se em 20,7 p.p. em novembro, com acréscimos de 0,4 p.p. no mês e de 5,4 p.p. em 12 meses.

A inadimplência do crédito total do sistema financeiro, que considera os atrasos superiores a 90 dias, alcançou 3,1% da carteira em novembro, com alta de 0,1 p.p. O crédito do SFN totalizou R$ 5,3 trilhões em novembro, sendo R$ 2,1 trilhões destinado às empresas e de R$ 3,2 trilhões às famílias.

O Tesouro Nacional divulgou o que a dívida pública atingiu R$ 5,87 trilhões. Em outubro, estava em R$ 5,78 trilhões. **Página 3**

Kremlin

# Putin proíbe exportação de óleo se houver teto de preços

O presidente russo, Vladimir Putin, assinou um decreto nesta terça-feira contendo medidas contra a imposição de um teto de preço pelos países ocidentais ao petróleo russo. O fornecimento de petróleo e derivados a estrangeiros será proibido se um teto for direta ou indiretamente estipulado nos contratos. Porém, o presidente russo pode conceder uma permissão especial para venda. O documento entrará em vigor em 1º de fevereiro e será válido até 1º de julho de 2023.

Um limite de US$ 60 por barril para o preço do petróleo bruto transportado por via marítima da Rússia acordado entre a União Europeia, as nações do g7 e a Austrália entrou em vigor em 5 de dezembro. Os embarques serão proibidos se o combustível for vendido por um preço superior ao limite.

# Tesouro lança título específico para aposentadoria

Um novo título do Tesouro Direto estará disponível para investidores a partir do final de janeiro de 2023. O o Tesouro RendA+ é destinado a quem deseja planejar uma aposentadoria complementar à da Previdência social.

O título foi lançado nesta terça-feira pelo Tesouro Nacional, em parceria com a Secretaria de Previdência (Sprev) e com a B3, a Bolsa de Valores.

Entre as vantagens, a isenção de cobrança de Taxa de Custódia da B3 para quem ficar com o título até a data de vencimento, com o limite de até seis salários mínimos de renda mensal. Se sacar antes, o investidor pagará de 0,10% a 0,50% ao ano, dependendo do prazo.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o título permite planejar uma data para aposentadoria garantindo o recebimento de uma renda extra pelo período de 20 anos. Como em outros títulos do Tesouro Direto, é possível começar a investir com aproximadamente R$ 30.

O Tesouro RendA+ será corrigido mensalmente pela inflação. Inicialmente serão ofertados oito títulos, com o primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2030. Bastará o investidor responder a duas perguntas: "Quando eu quero me aposentar?" e "Quanto eu quero receber?".

O subsecretário de Regime de Previdência Complementar, Narlon Gutierre Nogueira, ressalta o pioneirismo do produto, já que o Brasil será o primeiro país a ter um título assim. **Página 5**

Arquivo/ABr

# Um terço da comida do mundo é desperdiçada, com perda de US$ 1 tri

Um terço da comida produzida ao redor do mundo é perdida ou desperdiçada, enquanto 811 milhões de pessoas passam fome, alerta o novo estudo Waste Management as a catalyst to a Circular Economy ("Gestão de Resíduos como catalisador de uma Economia Circular"). Desenvolvido pelo Ministério de Infraestrutura e Gestão de Água da Holanda e pelo Holland Circular Hotspot, o material revela que o desperdício gera uma perda financeira de US$ 1 trilhão. No Brasil, a publicação terá as soluções adaptadas para o contexto nacional pela Exchange 4 Change Brasil (E4CB), organização que orienta a transição para a economia circular no país.

O documento foi entregue pela assessora de Economia Circular do Ministério do Meio Ambiente do Reino dos Países Baixos, Jessica Leffers, ao gerente do departamento das Indústrias de Base do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Marcio Henriques. A entrega, mediada pela E4CB e com o apoio do Consulado Geral do Reino dos Países Baixos em São Paulo, representa mais um passo na iniciativa do BNDES de firmar parcerias para o fomento de iniciativas circulares.

"Para alimentar a população mundial em 2050, nós vamos precisar de 56% a mais de comida, sem usar mais terra para a produção. Mesmo assim, essa quantidade de alimento produzido para o consumo humano está sendo perdida. As pessoas passam fome e desperdiçamos como se fosse um privilégio. Estratégias de economia circular podem promover soluções desde o começo da cadeia de valor", destaca Jessica Leffers.

O especialista complementa: "O lixo orgânico que não é separado e é disposto em lixões e aterros contribui para a geração de graves poluentes quando não há métodos eficientes de manejo. Quando tratados de forma apropriada, alimentos desperdiçados podem gerar altos valores financeiros e ambientais. Podem ser transformados em biogás, por exemplo, ou ter suas fibras usadas nas indústrias têxtil, de papéis ou de materiais de construção.

# PIB chinês em 2021 tem alta revisada para cima

O Departamento Nacional de Estatísticas da China revisou, nesta terça-feira, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2021 para 8,4%. Trata-se da última verificação. O número é 0,3 ponto percentual maior do que a estimativa preliminar, informou a autoridade de estatísticas.

De acordo com a revisão, os dados mostram que o PIB da China atingiu 114,92 trilhões de iuans (cerca de US$ 16,52 trilhões) em 2021, 556,7 bilhões de iuans a mais do que a estimativa preliminar.

O PIB anual da China passa por dois conjuntos de contabilidade: cálculo preliminar e verificação final.

## COTAÇÕES

| | |
|---|---|
| Dólar Comercial | R$ 5,2792 |
| Dólar Turismo | R$ 5,4960 |
| Euro | R$ 5,6181 |
| Iuan | R$ 0,7605 |
| Ouro (gr) | R$ 310,02 |

## ÍNDICES

| | |
|---|---|
| IGP-M | -0,56% (novembro) |
| | -0,97% (outubro) |
| IPCA-E | |
| RJ (setembro) | -0,97% |
| SP (junho) | 0,79% |
| Selic | 13,75% |
| Hot Money | 0,63% a.m. |

# Educação e Comunicação, Minas e Energia, as precedências do Brasil são

***Por Pedro Augusto Pinho***

O pensador francês René Guénon (1886–1951) afirma que as verdades, outrora acessíveis a todos os homens, tornaram-se cada vez mais dissimuladas e difíceis de atingir (*A Crise do Mundo Moderno*, tradução de António Carlos Carvalho para Vega, Lisboa, s/data). Neste livro, cujo original é de 1927, Guénon não trava contato com o neoliberalismo, mas discorre sobre a perda do ocidente em relação ao oriente, para ele já nítida naquele início do século 20.

Não sendo este faz de conta criação neoliberal, conclui-se que se buscou, no exercício do poder, desde muito tempo, o que agora auxilia o sistema financeiro a conquistá-lo e mantê-lo. Por esta razão, ao ter notícia que a imprensa peruana, com repercussão no exterior, "denunciava a corrupção" do presidente eleito Pedro Castillo, imediatamente percebi que se tratava de justificar mais um golpe que as finanças aplicavam onde suas regras e interesses eram contestados ou não eram seguidos.

Esta questão de acusar de corrupção também se deve a pouca, se alguma, criatividade que os setores plutocratas revidam aos dirigentes que olham e cuidam dos pobres, dos desvalidos, em seus países.

O "Mar de Lama" que levou o Estadista Getúlio Vargas ao suicídio foi reconhecido como inexistente, anos depois, nas páginas do *Jornal do Brasil*, pelo seu agressivo opositor, senador Afonso Arinos, da UDN. Foi o "embromês" para atacar o único dirigente nacional a promover a auditoria da dívida, a colocar pela primeira vez na História do Brasil, como obrigação do Estado, a educação, a saúde, o trabalho, e o controle do patrimônio natural brasileiro.

Quantos "embromês" temos portanto que desvendar! As narrativas desconhecem as realidades, a desinformação é objetivo da comunicação, desde a sala de aula ao panfleto publicitário. Leonel Brizola, em debate eleitoral com Fernando Cardoso, que criticava a escola de tempo integral por ser dispendiosa, afirmou com a contundência de quem ensina: "Cara mesma é a ignorância". "Ignorância entremeada no meio das elites, que tem levado o País a este quadro".

A Amazônia mereceria verdadeira enciclopédia de desinformações, lendas, estatísticas imprecisas e incompletas, produzidas no Brasil e no exterior. E se explica por ser área de imensas riquezas, de possibilitar verdadeira transformação regional e nacional, eliminando a pobreza, o preconceito e a insegurança.

Iniciemos por esclarecer que não existe, em nossa proposta, a exclusão do interesse privado, mas não se pode admitir a ausência do Estado. Assim se efetiva a construção do Estado Nacional, com soberania e garantindo, ao povo, cidadania. O público é quem provê a segurança, a proteção de pessoas e de bens, a tranquilidade da existência e a perfeita compreensão de seus direitos, deveres e de progresso; se assim não for tem-se a ditadura privada, a escravidão. O privado dá possibilidade de mudanças, incentiva a criatividade e inovações.

Função do Estado inalienável é o planejamento, o estabelecimento das prioridades nacionais. Para isso, o Estado necessita de informações corretas, em todos os níveis, em todas as áreas, de toda natureza. Estes dados também são utilíssimos ao privado, a fim de minimizar os riscos, não especular, não apostar; ter a máxima garantia de sucesso em seus empreendimentos.

No título grupamos duas das diversas atividades onde o Estado deve agir com intensidade, em muitas delas com exclusividade. Educação e Comunicação e Energia e Mineração.

A Educação é um processo continuado. As transformações no sistema de produção ocorridas no século 19 acarretaram mais de dezenas, talvez centenas de planos e métodos educacionais. A sociedade se transformou com muitas reações, desacertos e conflitos. Uma realidade foi-se impondo, a escola é espaço de amor, criação e trabalho. Teorias pré-informatizadas foram perdendo sentido e com elas equipamentos, espaços e metodologias.

Osmar Fávero, na Apresentação do nº 1/2000, da revista *Diferentes Enfoques*, da Universidade Federal Fluminense (UFF), chama atenção para o "mosaico", "os múltiplos aspectos" da ação crítica e continuada da ação transformadora da educação. O Rio de Janeiro teve a mais completa experiência educacional empreendida pelo Estado: o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep). Transcrevo parte da apresentação de Leonel Brizola ao *Livro dos Cieps*, de Darcy Ribeiro, de outubro de 1986:

"Dizem alguns que deveriam ser como as escolas que sempre tivemos. Afirmamos que não. As nossas crianças merecem ainda mais. Elas representam o que o Brasil tem de maior valor e, também, os nossos próprios destinos, como Nação livre e democrática, empenhada na construção de uma existência digna para todos os seus filhos. Todas as crianças deste País deveriam estar em escolas como os Cieps. Para isso, bastaria que não desviássemos tantos recursos públicos para fins inúteis e inconfessáveis. Se deixássemos, por exemplo, de pagar os juros da dívida externa apenas por dois anos, todas as crianças brasileiras poderiam estar estudando num Ciep".

"Em 2021, o Governo Federal gastou R$ 1,96 trilhão com juros e amortizações da dívida pública, o que representa um aumento de 42% em relação ao valor gasto em 2020, que por sua vez já tinha sido 33% superior a 2019. Portanto, nos últimos dois anos, os gastos financeiros com a dívida federal quase dobraram. Apesar desses vultosos pagamentos, em 2021 a Dívida Pública Federal aumentou R$ 708 bilhões, tendo crescido de R$ 6,935 trilhões para R$ 7,643 trilhões" (Maria Lúcia Fattorelli e Rodrigo Ávila, "Gasto Com Dívida Pública Sem Contrapartida Quase Dobrou De 2019 a 2021", Auditoria Cidadã da Dívida, 15/2/2022).

A formação, no entanto, para a cidadania não se esgota no Ciep, ela começa num Ciep, com a criança de seis anos. Mas prossegue toda vida com o que denominamos "vocalização".

O que distingue a "vocalização" da "comunicação" é o diálogo. Quer público e quer principalmente como no Brasil de hoje, onde a comunicação é um monopólio efetivo da área privada, usando a palavra tão ao gosto do derrotado candidato, a comunicação no Brasil é privilégio do "mercado". Como esperar assim que seja formadora de cidadania?

A vocalização seria a obrigação de todos os órgãos públicos, sem exceção, e todas as organizações privadas que tivessem relacionamento individualizado com a população, a manutenção de sistemas de comunicação, com tecnologias diversificadas, para contato da população.

**Mais verdade, menos 'embromês'; encaremos a nossa realidade**

No sistema de comunicação de massa, a comunicação pública, oriunda de órgãos do Estado, seria responsável por, no mínimo, um terço da audiência audiovisual, o que obrigaria todo tipo de investimento na produção dos programas, um terço seria de fundações onde o Estado garantiria recursos do orçamento público e organizações privadas destinariam recursos e haveria liberdade de usar até 20% do tempo em propaganda, distribuída nas 24 horas de programação.

Sempre, todo órgão de comunicação, teria canais de diálogo, permanentemente disponíveis, para a população. Seria um antídoto ao "embromês". O mesmo se aplicaria à comunicação escrita e impressa.

A importância da energia pode ser avaliada nas crises do petróleo, na década de 1970, embora artificialmente impostas pelos interesses financeiros, e na atual guerra que os Estados Unidos da América (EUA), usando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e um fantoche colocado no governo da Ucrânia, após golpe de estado, movem contra a Federação Russa.

A permanente instabilidade nos países do Oriente Médio e norte da África, que concentravam, em dezembro de 2020, 52% das reservas de petróleo (óleo) e 44,5% das reservas de gás natural (pela expressiva reserva existente exatamente na Federação Russa e sua área de influência), mostram a extraordinária importância das energias de origem fóssil no mundo.

Na mesma data, o consumo de energia no mundo era atendido pelo petróleo (óleo e gás) em 56% e pelo carvão em 27%, fazendo das fontes fósseis a responsabilidade de 83% do suprimento de energia no planeta. Das fontes primárias restantes, a hidroeletricidade e as denominadas renováveis contribuíam com menos de 7%, cada, ficando a de origem nuclear com 4% (Fonte: BP Statistical Review of World Energy, 70ª Edição, 2021).

A entrega a um órgão dominado pelo "mercado" para definir a política de energia do Brasil foi erro que devemos a Fernando Henrique Cardoso. No caso das reservas de petróleo (óleo), os nossos números estão nitidamente subavaliados, para que não haja o clamor pela entrega das reservas ao controle do exterior e para justificar importações que oneram o consumidor brasileiro para manter a rentabilidade de empresas e organizações estrangeiras.

A estratégica área da energia, não apenas pela importância deste bem para a soberania, o desenvolvimento industrial e os transportes, mas para condição de vida de todos os brasileiros, exige que fique inteiramente nas mãos do Estado. A iniciativa privada terá atuação complementar como fabricante de equipamentos e materiais ou prestadora de serviços de acordo com a orientação do Estado.

Raciocínio semelhante deve ser aplicado a outro conjunto de bens finitos: as reservas minerais. E neste caso há outro fator agravante. Se ainda poderemos produzir energia da biomassa e das fontes naturais – rios, vento, Sol, marés – no caso do lítio, do nióbio, do potássio, do cobre, do ouro e de outros minerais não há como substituí-los. A Minerobras, para definir competente e nacionalisticamente a política brasileira para mineração, urge ser criada.

Semelhantemente à energia, o Estado será o protagonista, o planejamento, a condução, a pesquisa, a produção, o controle de todas as fases, que inicia na busca das reservas e vai até o consumidor final, são responsabilidade do Estado. O privado atuará como complementar, na fabricação de equipamentos e materiais ou na prestação de serviços, sempre como contratado do Estado.

Livremo-nos do "embromês". Encaremos a nossa realidade de país dominado pelo capital apátrida e que precisa se tornar independente, com a compreensão de todo o povo, participante, instruído, conhecedor de nossa riqueza, orgulhoso da nacionalidade, da miscigenação e deste afeto tão próprio de nosso acolhimento. Não nos deixemos iludir por "arminhas", por "ódio" entre irmãos, por rivalidades artificiais. Ao contrário, vamos nos unir e a nossos iguais, os países latino-americanos, para ajuda mútua e enfrentamento dos capitais e dos países colonizadores.

O Brasil jamais deixou de ser dirigido pelos filhos das capitanias hereditárias, escravistas, arrogantes, estúpidos e iletrados; diretamente ou por seus capatazes. Sem competência para gerir seu próprio patrimônio, aceitam, subservientes, o comando estrangeiro. Bolsonaro foi exemplo completo, nem se envergonhou ao dizer que o "mercado" conduzia o Estado Nacional. E, cordato, cortou verbas para a Educação, para a Pesquisa, para o desenvolvimento, entregou pelo valor inferior ao mínimo os bens e a tecnologia brasileira, fruto do esforço da Era Vargas.

São pessoas assim, infecundas, mentalmente estéreis, sáfaras, que deixam seus bens, amealhados com métodos quase sempre condenáveis, para seus brinquedos, seus bichos de estimação.

Tomemos consciência que os venezuelanos escolheram, livre e sucessivamente desde o início do século 21, a Revolução Bolivariana, e têm em Nicolás Maduro seu representante. Enquanto no Brasil, as finanças apátridas criaram um Banco Central para elas, nomearam Roberto de Oliveira Campos Neto para nos impor as mais altas taxas de juros do mundo, que enriquecem estas finanças e empobrecem, em todos os sentidos, o nosso País.

E, agora, diante de novo governo, a mídia hegemônica e as cabeças colonizadas levantam a "responsabilidade fiscal", lídima, autêntica irresponsabilidade com o povo e o destino nacional.

Mais verdade, menos embromês!

*Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado e presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).*


**Monitor Mercantil**

**Monitor Mercantil S/A**
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

**Diretor Responsável**
Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

**Serviços noticiosos:**
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

**Assinatura**
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

## EUA: US$ 200 mi para Palestina, US$ 45 bi para Ucrânia

Um total de 146 palestinos foram mortos por Israel na Cisjordânia em 2022, o ano mais mortal desde 2006, segundo dados divulgados em dezembro pelo Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU. Além disso, 35 palestinos foram mortos na Faixa de Gaza, informa a agência de notícias Xinhua.

A Autoridade Palestina relatou até agora 167 mortes de palestinos na Cisjordânia como resultado de ataques israelenses neste ano, enquanto os militares de Israel estimam o número de mortos em 151.

Ao mesmo tempo, 27 israelenses morreram em ataques palestinos, incluindo 17 mortos em cinco ataques a tiros e facadas em cidades israelenses e outros 10 mortos na Cisjordânia. O número de mortos, o maior desde 2008, incluiu quatro soldados israelenses e seis colonos, de acordo com dados da ONU e reportagens da mídia.

O massacre parece já ter sido "assimilado" pela mídia e entidades ocidentais, que dedicam pouca atenção á causa palestina – destaque na torcida e seleção do Marrocos na Copa do Mundo recém-encerrada em uma ditadura árabe não muito distante, a cerca de 2 mil quilômetros.

Em julho, o presidente dos EUA, Joe Biden, fez uma curta viagem à região, durante a qual passou cerca de 40 horas em Israel, mas limitou sua estada na cidade de Belém, na Cisjordânia, a apenas uma hora. Durante a parada, Biden admitiu que "o objetivo da solução de 2 Estados pode parecer inatingível". Como se fosse uma compensação, ele concordou em fornecer US$ 200 milhões à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) para apoiar seu papel na região.

O mesmo Biden recebeu o dublê de ator e presidente da Ucrânia, com pompas, na Casa Branca. Em seguida, Zelensky foi aclamado no Congresso norte-americano, de onde saiu com promessa de receber US$ 44,9 bilhões, incluindo envio de mísseis de alta tecnologia para a guerra por procuração contra a Rússia.

## Rede de negócios

O BNI SP Central, que conta com 6 grupos com 150 membros, sob a diretoria de Mara Leme Martins (VP do BNI Brasil), projeta o lançamento de mais 2 grupos no 1º semestre, em Bauru e Botucatu. Nos últimos 12 meses o BNI SP Central gerou R$ 24 milhões de negócios.

O BNI Brasil, que acaba de inaugurar sua 261ª unidade, conta com 8.615 membros e gerou R$ 1,3 bilhão nos últimos 12 meses.

## Fator externo

Terroristas que agiram em Brasília na véspera de Natal planejavam, inicialmente, colocar bombas em torres de transmissão de energia. Nos EUA, 7 ataques em Washington, Oregon e Carolina do Norte tiveram os mesmos alvos. Suspeita-se de ataques de extremistas de direita. Coincidência?

## Rápidas

O Caminhão Você no Azul da Caixa está até quinta em Niterói (RJ) para renegociação de dívidas de pessoas físicas e jurídicas, com descontos de até 90%, na Av. Visconde de Rio Branco, próximo ao Terminal Rodoviário *** A exposição *Vivências e Memória* chegou ao Cefec, em Itacuruçá (RJ), trazendo aspectos da história do município. Realização do Instituto Cultural Cidade Viva com patrocínio do Instituto Cultural Vale. Versão virtual em vivenciasememoria.com.br

# Tebet aceita Planejamento e já se reuniu com Lula e equipe

A senadora Simone Tebet (MDB) aceitou o convite do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva para ser a nova ministra do planejamento. Em reunião com Lula, nesta terça-feira, Tebet afirmou que "trabalhará junto" de Fernando Haddad (Fazenda). Segundo a futura ministra, "não vai ter nenhum tipo de exposição. Vamos resolver juntos os problemas".

Na reunião, que também teve as presenças do futuro ministro da economia, Fernando Haddad, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e do articulador político do futuro governo, Alexandre Padilha, Lula afirmou que sabe das diferenças de visão sobre a economia: "isso pra mim não é um problema. Sei que você é equilibrada e qualquer divergência eu decido".

Segundo Alexandre Padilha, o convite foi feito por Lula "pelo papel que ela teve no segundo turno, pela qualidade que ela tem como senadora, essa foi a motivação".

Em terceiro lugar na corrida presidencial, Simone Tebet declarou apoio a Lula no segundo turno e teve papel ativo na campanha, subindo em palanque e viajando pelo país em defesa da candidatura lulista. Isso aumentou o seu cacife para assumir uma pasta no novo governo.

De início, a senadora gostaria de ocupar uma pasta mais ligada à execução de programas sociais do governo, mas teria aceitado o Planejamento diante de seu papel estratégico na definição do orçamento e de políticas públicas.

Por diversas vezes, Padilha ressaltou o "papel central" do Planejamento na composição do governo e frisou que a pasta participa dos comitês gestores de programas como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, duas vitrines de governos petistas que devem retornar na nova gestão de Lula. Ele negou que tenha havido acordo para turbinar o Planejamento, de modo a convencer Simone Tebet.

Padilha disse ainda que não foi discutido se o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficarão sob o "guarda-chuva" do Ministério do Planejamento, que a senadora deve comandar, porque não há mudança de estrutura na pasta, de acordo com seu funcionamento histórico.

"O organograma do ministério do Planejamento tem secretarias, projetos estratégicos, de planejamento, de orçamento, estruturas como IBGE e Ipea, estruturas que já existem", afirmou, ao responder se houve "acordo" sobre o que ficaria ou não sob responsabilidade de Tebet.

Tebet conseguiu manter sob seu comando o comitê gestor do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) – a coordenação dos projetos ficará sob guarda-chuva da Casa Civil. Sob a responsabilidade do Planejamento estará também a área de relações internacionais com bancos de desenvolvimento. Tebet, no entanto, não deverá ter sob seu guarda-chuva os bancos públicos.

Além do Planejamento, outros 15 ministérios ainda estão sem titulares. Padilha disse que "nada está definido" e que as conversas com pessoas, partidos e bancadas continuam até o fim da semana.

O futuro ministro das Relações Institucionais agradeceu a disposição dos parlamentares e partidos que se empenharam na aprovação da PEC da Transição neste mês, incluindo alguns que compõem a base do atual governo Bolsonaro. Padilha disse que esses empenhos "estão sendo considerados" na composição do novo governo.

## Dívida pública federal cresce e atinge R$ 5,87 tri

O endividamento do Tesouro Nacional voltou a crescer em novembro deste ano, atingindo R$ 5,87 trilhões – cifra 1,6% superior aos R$ 5,778 tri registrados em outubro, mês em que a Dívida Pública Federal (DPF) já tinha avançado 0,46% em comparação a setembro (R$ 5,752 tri).

A dívida pública federal engloba todos os empréstimos financeiros que o Tesouro Nacional precisa fazer quando a arrecadação de impostos e contribuições não é suficiente para cobrir as despesas resultantes da prestação dos serviços públicos e os necessários investimentos públicos. Abrange tanto os empréstimos feitos por instituições financeiras públicas e privadas, como por organismos nacionais e internacionais, entes governamentais e até mesmo pessoas físicas.

Segundo o relatório que a Secretaria do Tesouro Nacional divulgou nesta terça-feira, os R$ 92,56 bilhões acrescidos à DPF no mês passado são resultado da manutenção da atual taxa de juros, que agregou R$ 51,31 bi ao estoque da dívida, e à diferença entre as emissões (R$ 67,09 bi) e os resgates (R$ 25,84 bi) de títulos da dívida pública, com a qual se somou mais R$ 41,25 bi à dívida total.

Dos R$ 41,25 bi de emissão líquida (emissões menos resgates totais), R$ 39,81 bi são relativos à emissão líquida da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) e R$ 1,44 bi à emissão líquida da Dívida Pública Federal externa (DPFe).

A chamada reserva de liquidez, ou colchão da dívida pública, usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos de títulos da dívida pública, apresentou um aumento de 11% em termos nominais, passando de R$ 1,028 bi, em outubro, para R$ 1,142 bi, em novembro. Em relação ao mesmo mês do ano anterior (R$ 1.096,94 bi), houve aumento, em termos nominais, de 4,11%.

## PGR pede que STF suspenda parte de indulto natalino

O procurador-geral da República, Augusto Aras, entrou nesta terça-feira no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade para questionar dispositivos do decreto de indulto natalino assinado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Na ação, Aras sustenta que parte do decreto é inconstitucional por beneficiar agentes de segurança pública que estiveram envolvidos no caso do Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992. À época, 111 detentos foram mortos na invasão da Polícia Militar para conter a rebelião no presídio do Carandiru, em São Paulo. O indulto de natal foi publicado na última sexta-feira e concede o perdão da pena àqueles que se encaixam nos critérios estabelecidos no decreto.

"O artigo 6º do Decreto 11.302.2022, ao permitir, especificamente no caso do massacre do Carandiru, que os policiais militares condenados sejam beneficiados com o indulto natalino, afronta a dignidade humana e princípios basilares e comezinhos do direito internacional público, apresentando-se como afronta às decisões de órgãos de monitoramento e de controle internacionais relativos a direitos humanos, sendo capaz de ocasionar a responsabilização do Brasil por violações a direitos humanos", afirma Aras.

## Lula: número de passagens para o DF cresce mais de 200%

Levantamento da plataforma DeÔnibus para acompanhar a movimentação nas viagens para o Distrito Federal durante o ano novo apontou que a posse de Lula no dia 1º faz crescer a movimentação de turistas na cidade. No final de novembro, quando fez o primeiro levantamento, a plataforma constatou que do total de passagens vendidas para o período de 28 de dezembro a 1º de janeiro, houve um crescimento de 50% no comparativo com a posse presidencial de 2018.

E agora, quase 30 dias depois da primeira análise e faltando poucos dias para o evento, o número de passagens vendidas cresceu mais de 200% de passagens vendidas para o período da virada do ano/posse presidencial, comparando com a análise feita no último dia 25.

O estado que lidera os embarques para Brasília nos dias 30 de dezembro e 1º de janeiro é Goiás, representando quase 40%, seguido de São Paulo, com 30%, Minas Gerais com 25%, Piauí com quase 5% dos embarques, Bahia com também quase 5% e o último estado é o Rio de Janeiro com menos de 1%.

De acordo com o Google Trends as buscas por passagens de ônibus estão 30% mais altas agora do que na primeira semana de dezembro deste ano.

EMPRESA CIDADÃ

Paulo Márcio de Mello
Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)
paulomm@paulomm.pro.br

# Violência contra a mulher

– O Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser; laeser.ie.ufrj.br), coordenado pelo prof. Marcelo Paixão, disponibilizou a 11ª edição do boletim eletrônico mensal. Consta deste boletim uma análise sobre violência contra a população feminina brasileira, desmembrado por grupos de cor ou raça, obtida a partir de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan).

– Diariamente, quase 91 mulheres registraram junto às autoridades da saúde alguma forma de violência, física, psicológica, sexual, econômica ou outra de que foram vítimas, no período 2009–2010. Correspondem à média de uma notificação junto ao Sinan a cada 15 minutos. Considerando-se que só são notificados os episódios de violência que chegaram ao sistema de saúde, depreende-se que o problema é muito maior do que os dados revelam.

– Observando-se os casos de violência sexual, a média diária de mulheres que recorreram ao serviço de saúde foi de 21,9, das quais 14,2 mulheres foram incluídas na base de dados do Sinan como vítimas de estupro; 5,7 como vítimas de atentado violento ao pudor; 4,2 como assédio sexual; quase uma, por exploração sexual; e uma a cada dois dias como vítima de pornografia infantil. Os dados compreendem a notificação em mais de uma modalidade.

– No que tange à composição de acordo com os grupos de cor ou raça, a subnotificação impede que se chegue a resultados mais consistentes, já que 21,4% do total das notificações não registram cor ou raça. Apesar da ausência de declaração da cor ou raça em percentuais elevados, o peso relativo de um determinado grupo sugere a predominância de um sobre o outro, conforme a modalidade de violência, seja por efetiva frequência, ou por maior probabilidade das mulheres deste contingente acessarem o órgão competente para a queixa, ou ainda por motivos socioeconômicos ou psicológicos.

– Assim, as mulheres brancas aparecem com maior frequência nas formas de violência psicológica (46,3%, contra 40,9% das mulheres pretas e pardas; violência caracterizada pela rejeição, discriminação, desrespeito, punições humilhantes ou cobranças exageradas, causando danos à autoestima, identidade ou desenvolvimento da pessoa); violência financeira e econômica (50,2%, contra 40,8%; forma de violência na qual a vítima sofre dano, perda ou retenção de objetos, documentos, bens e valores); e repetição de violência (48,6%, versus 40,9%).

– Por outro lado, as mulheres pretas e pardas, aparecem com maior frequência nas notificações de violência, nas formas de tortura (46,6%, contra 40,1% das mulheres brancas; forma caracterizada pela submissão de alguém a intenso sofrimento físico ou mental, seja para a obtenção de informações ou confissões, seja para provocar ações criminosas, seja em função de discriminação racial ou religiosa); de tráfico de seres humanos (45,3%, contra 37,7%; forma de violência caracterizada desde o recrutamento ao transporte, ou ainda alojamento de pessoas, através do uso da força ou outras formas de coação, para fins de exploração); de trabalho infantil (49,0%, contra 28,8%); e de violência sexual (45,3%, contra 40,4%).

– Desagregando-se a forma de violência sexual por tipos, observa-se que o assédio sexual (entendido pela insistência ou abordagem inoportuna para obter algum tipo de vantagem sexual), recebeu 43,2% de notificações por mulheres pretas e pardas, 39,8% por mulheres brancas e 15,6% de mulheres de cor ou raça não declarada. O estupro recebeu 48,6% de notificações feitas por mulheres pretas e pardas, contra 38,2% por mulheres brancas e 11,8% sem identificação de cor ou raça. O atentado violento ao pudor (constrangimento por práticas de atos libidinosos, através de violência ou ameaça) teve 44,5% das queixas oferecidas por mulheres pretas e pardas, contra 39,8% por mulheres brancas e 14,6% de cor ou raça ignorada.

– No tipo de violência da pornografia infantil, as meninas pretas e pardas representaram 50,3% das notificações, contra 34,1% de meninas brancas e 13,2% não declaradas, enquanto o tipo da exploração sexual (caracterizado pela utilização sexual, para fins de lucro ou interesses comerciais), 51,9% das notificações foram de mulheres pretas e pardas, 38,5% de vítimas brancas e 7,9% de vítimas de cor ou raça ignorada.

– Apesar das possibilidades de aperfeiçoamento do sistema, os dados são sugestivos para orientar políticas públicas ou empresariais.

# Sudeste tem 3,3 milhões de empresas inadimplentes em novembro

O Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian mostrou que novembro deste ano teve o pior cenário de negativação desde 2016, início da série histórica do índice. Foram registrados 6.392.011 negócios no vermelho, sendo 3.395.342 deles no Sudeste. Na análise por unidades federativas, São Paulo se destacou com mais de 2 milhões de negócios com contas a pagar vencidas e o Rio de Janeiro teve o maior número já registrado pelo levantamento. Além disso, desde o início de 2022, o índice não marcou nenhuma queda e o cenário de inadimplentes apenas se agravou.

São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul completam o ranking de unidades federativas com mais empresas inadimplentes no país.

Ainda de acordo com o indicador, a quantidade de dívidas e o valor acumulado delas também registraram recordes históricos. Foram 45 milhões de débitos negativados no período, totalizando R$ 108 bilhões. Cada CPNJ no vermelho tinha cerca de sete dívidas a pagar.

A análise por setor revelou que mais da metade das empresas inadimplentes atua no segmento de serviços (53,5%). Em sequência está a parcela do comércio (37,5%), indústria (7,7%), setor primário (0,8%) e outros (0,4%). Outro recorte mostrou em quais segmentos os empreendimentos inadimplentes mais adquiriram suas dívidas. O destaque ficou para a categoria outros, que engloba em sua maioria Indústrias, além de empresas do terceiro setor e do agronegócio. Os débitos também mostram alto nível de aquisição na área de serviços e bancos e cartões.

Já segundo pesquisa do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec-RJ), ligado à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, feita entre os dias 12 e 15 de dezembro, com 274 pessoas sobre o otimismo dos consumidores em relação à economia do Rio para os próximos três meses apresentou estabilidade. De acordo com a sondagem, 47,1% estão pessimistas ou muito pessimistas com o quadro econômico fluminense, contra 47,3% do levantamento feito em novembro. Estão confiantes na retomada 28,5%, contra 27,8% da sondagem anterior.

Porém, em relação à retomada da economia brasileira, o índice aumentou entre os que estão pessimistas ou muito pessimistas: 44,6% em novembro para 46% em dezembro. A confiança também aumentou de 35,2% no mês passado para 39,8% no novo levantamento. Ainda de acordo com o estudo, nos últimos três meses, 37,2% tiveram muito medo de perder o emprego, 21,2% afirmaram que tiveram pouco medo e 41,6% não tiveram medo.

Em relação aos próximos três meses, 35,8% disseram que estão com muito medo de perder o emprego, enquanto 36,9% não têm esse temor. 27,4% relataram estar com pouco medo de perder o emprego.

Já o número de consumidores inadimplentes ou muito inadimplentes nos últimos três meses ficou em 27,3%, enquanto na pesquisa de novembro esse índice foi de 27,2%. Ficaram pouco inadimplentes 19,7%. No mês anterior eram 13,2%. 52,9% não ficaram inadimplentes, contra 59,7% da última sondagem. Entre os que ficaram inadimplentes, o cartão de crédito continua sendo o maior motivo, com 62%, seguido de luz, gás, telefone, água e internet (37,2%), crédito pessoal (34,9%), cheque especial (27,9%) e escola, faculdade e curso (16,3%).

O número de consumidores endividados ou muito endividados nos últimos três meses, de acordo com a nova pesquisa, ficou em 42%, acima do levantamento anterior que apresentou índice de 41,7%. Os pouco endividados são 21,2%, contra 20,9% de novembro. 36,9% não ficaram endividados. Na pesquisa do mês passado, eram 37,4%.

# Brasil teve mais de 8 mil cães roubados em três anos

Entre janeiro de 2020 e outubro de 2022, o Brasil teve, pelo menos, 8.262 registros de cães roubados ou furtados, o que dá uma média de oito por dia. São Paulo e Santa Catarina são os estados com o maior número de registros. Os dados são da plataforma HelloSafe, com base em informações obtidas com exclusividade por meio da Lei de Acesso à Informação.

Segundo o levantamento, o registro de furtos de cães não é feito com muita frequência e por isso, sofre uma alta subnotificação. Muitas vezes, os donos não têm nem a certeza se o cachorro foi realmente levado por alguém ou se apenas fugiu e acabam não fazendo o registro.

Dos 27 estados que a HelloSafe Brasil fez a solicitação de informações, 10 não têm acesso a estatísticas específicas e alguns, chegam até a classificar animais na mesma categoria de objetos roubados ou furtados. Nestes locais, cerca de 2.812 Boletins de Ocorrência foram registrados. Apesar disso, o país registrou uma diminuição de 7,62% nos casos de 2021 para 2022.

Com preços que podem variar entre R$ 500 e R$ 4.500, shih-tzu é o cão mais roubado ou furtado do Brasil. Na sequência, o pitbull, que custa entre R$ 2 mil e R$ 5 mil e na terceira posição, o spitz alemão (conhecido como lulu da Pomerânia), que tem os valores mais caros, começando em R$ 2.500 e podendo chegar até R$ 10 mil.

Apenas os Estados de São Paulo, Tocantins, Rondônia, Paraíba, Espírito Santo e Distrito Federal apresentaram registros em que foi identificada a raça do cão. Para os demais, a classificação não existe.

# Energia solar ultrapassa R$ 116,6 bi em investimentos

O Brasil ultrapassou uma nova marca histórica, a de 23 gigawatts de potência instalada da fonte solar fotovoltaica, somando as usinas de grande porte e os sistemas de geração própria de energia elétrica em telhados, fachadas e pequenos terrenos, o equivalente a 11,2 % da matriz elétrica do país.

Segundo mapeamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), de janeiro até a metade de novembro, a energia solar cresceu 62,6%, saltando de 14,2 GW para 23 GW. Nos últimos 150 dias, o ritmo de crescimento tem sido de praticamente um GW por mês, o que coloca a fonte na terceira posição da matriz elétrica brasileira (julho: 16,4 GW, agosto: 17,5 GW, setembro: 18,6 GW, outubro: 21,1 GW, novembro: 22 GW e dezembro: 23 GW).

De acordo com a entidade, desde 2012 a fonte solar já trouxe ao Brasil cerca de R$ 116,6 bilhões em novos investimentos, mais de R$ 36,6 bilhões em arrecadação aos cofres públicos e gerou mais de 690 mil empregos acumulados. Com isso, também evitou a emissão de 31,1 milhões de toneladas de CO2 na geração de eletricidade.

O Brasil possui cerca de 7,1 GW de potência instalada em usinas solares de grande porte. Desde 2012, as grandes usinas solares já trouxeram ao país cerca de R$ 31,3 bilhões em novos investimentos e mais de 212 mil empregos acumulados, além de proporcionarem uma arrecadação aos cofres públicos que supera R$ 10,8 bilhões.

No segmento de geração própria de energia, são praticamente 16 GW de potência instalada da fonte solar. Isso equivale a cerca de R$ 85,3 bilhões em investimentos, R$ 25,8 bilhões em arrecadação e mais de 478 mil empregos acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões do Brasil. A tecnologia solar é utilizada atualmente em 99,9 % de todas as conexões de geração própria no país, liderando com folga o segmento.

# Tesouro Nacional lança título para ajudar na aposentadoria

## Será possível começar a investir com cerca de R$ 30

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em parceria com a Secretaria de Previdência (Sprev) e com a B3, anunciou ontem um novo título do Tesouro Direto, o Tesouro RendA+, Aposentadoria Extra. O produto começará a ser vendido em 30 de janeiro de 2023.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio desse título, o investidor pode planejar uma data para aposentadoria garantindo o recebimento de uma renda extra pelo período de 20 anos. Há também possibilidades de investimento para até 40 anos de acumulação e, sempre, com mais 20 anos de fluxo de renda mensal no futuro.

O título público é classificado de fácil acesso e seguro, como destaca o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle: "A principal inovação é a simplicidade. É um título sem risco, já que é garantido pelo Tesouro Nacional, de baixo custo, é rentável e seguro contra a inflação, uma vez que é corrigido pelo IPCA e uma taxa de juros real", conclui. Além disso, como em outros títulos do Tesouro Direto, é possível começar a investir no Tesouro RendA+ com aproximadamente R$ 30.

Esse fluxo de renda mensal, proporcionado pelo acúmulo de títulos ao longo dos anos, será corrigido mensalmente pela inflação, garantindo assim o seu poder de compra. O valor investido será sempre devolvido em 240 prestações mensais (20 anos) que amortizam todo o fluxo investido no período de acumulação. Inicialmente serão ofertados oito títulos, com o primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2030.

O secretário diz que o Tesouro RendA+ é uma opção para quem deseja complementar a aposentadoria, uma vez que a previdência pública funciona como uma espécie de seguro que garante renda do trabalhador e de sua família em casos de doença, acidente, gravidez, morte ou idade avançada.

Outra novidade desse investimento é a isenção de cobrança de Taxa de Custódia da B3 para quem carregar o título até a data de vencimento, com o limite de até seis salários mínimos de renda mensal. No entanto, o investidor que realizar o resgate antecipado dos títulos no período inferior a 10 anos, pagará taxa sobre o valor de resgate de 0,50% ao ano (a.a.). Entre 10 e 20 anos, a taxa cobrada será de 0,20% a.a. Acima de 20 anos, 0,10% a.a.

Além disso, não há mais cobranças de taxas semestrais, ou seja, o investidor só paga a Taxa de Custódia da B3 no momento do resgate que ocorrer antes do vencimento do título.

**Fonte de inspiração**

O RendA+ foi inspirado em estudos dos professores Robert Merton (Prêmio Nobel Economia em 1997) e Arun Muralidhar que introduziu o conceito de SeLFIES, (Standard-of-Living, Forward-starting, Income-only Securities) que são produtos financeiros que facilitam o processo de poupar para uma previdência complementar. Conforme o conceito, ele é acessível a qualquer pessoa, que pode determinar a quantidade de ativos que deseja adquirir, com taxas de retorno competitivas, de baixo custo e baixo risco.

O subsecretário de Regime de Previdência Complementar, Narlon Gutierre Nogueira, ressalta o pioneirismo do produto. "O Brasil será o primeiro país no mundo a, de maneira efetiva, implantar um título público com características previdenciárias". Ele destaca ainda que qualquer cidadão, independente da renda, poderá adquirir o título. "Qualquer pessoa física vai poder comprar o Tesouro RendA+, pela plataforma PagTesouro. Basta ele responder a duas perguntas: "Quando eu quero me aposentar?" e "Quanto eu quero receber?", afirma.

"O lançamento do Tesouro RendA+ é um marco muito importante para o Tesouro Direto e para a parceria da STN com a B3. São duas décadas de trabalho conjunto da STN e da B3 para promover a educação financeira no Brasil e democratizar o acesso a investimentos, com ativos que ajudam a pessoa física na construção de seu patrimônio para a vida toda", afirma o diretor de Relacionamento da B3, Felipe Paiva.

**Surgimento**

O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido para proporcionar a venda de títulos públicos federais para pessoas físicas. Lançado em 2002, surgiu com o objetivo de democratizar o acesso aos títulos públicos, fomentar a formação de poupança e ser instrumento de educação financeira.

Atualmente, o programa conta com mais de 2,1 milhões de investidores ativos e, no mês de outubro de 2022, alcançou pela primeira vez o patamar de R$ 100 bilhões de estoque. A emissão de títulos é 100% garantida pelo Tesouro Nacional. As negociações são realizadas pela internet e o valor mínimo de investimento é de aproximadamente R$ 30,00.

O produto oferece títulos com diferentes tipos de rentabilidade (prefixada, ligada à variação da inflação ou à taxa de juros básica da economia - Selic), diferentes prazos de vencimento e diferentes fluxos de remuneração. Além disso, oferece liquidez diária e liquidação de resgate no mesmo dia, sendo a aplicação de menor risco de crédito do mercado.

# Petrobras aprova projeto conceitual da planta do GasLub

A Petrobras aprovou o projeto de engenharia para implantação de unidades para produção de combustíveis e lubrificantes no Polo GasLub, em Itaboraí (RJ). Após estudos de diversos escopos, foi aprovada a alternativa "com potencial de gerar mais valor para a companhia e para a sociedade", informou a estatal.

O projeto contempla unidades de Hidrocraqueamento Catalítico (HCC), de Hidrotratamento (HDT), de Desparafinação por Izomerização por Hidrogênio (HIDW), unidades auxiliares, utilidades e off-sites (extramuros). A próxima etapa será o início da fase de desenvolvimento da alternativa, na qual serão realizados os estudos de engenharia básica que suportarão o planejamento do projeto. Seguindo a governança de aprovação de projetos da companhia, a conclusão da fase de planejamento apoiará a decisão final de investimento e o processo das contratações para início das obras.

**Meta**

A implantação da planta de lubrificantes e combustíveis do GasLub integra a estratégia da Petrobras para expansão e adequação de um parque de refino mais moderno, com produtos de maior valor agregado e qualidade para atendimento ao mercado. Com esta nova unidade, a Petrobras se posicionará entre os produtores de óleos básicos lubrificantes de Grupo II, mais avançados. Além disso, esta nova configuração permitirá o uso adequado e rentável de grande parte das instalações e unidades do antigo Comperj, viabilizando o processamento de correntes intermediárias oriundas da REDUC e eliminando restrições operacionais.

Como resultado, o conjunto de unidades terá capacidade aproximada de produzir 12 mil barris por dia (bpd) de óleos lubrificantes de Grupo II, além de 75 mil bpd de Diesel S-10 e 20 mil bpd de querosene de aviação (QAV-1), de baixíssimo teor de enxofre.

"A decisão da companhia está alinhada à estratégia de manter sua atuação com ativos focados na proximidade da oferta de óleo e gás e do mercado consumidor, além de aumentar a produção de combustíveis, contribuindo de forma relevante com a redução de importações desses produtos", destacou nota da petroleira.

# Analistas contam o que esperam de 2023

## Renda fixa pode oscilar a partir de janeiro

A partir do começo de 2023, títulos públicos federais, debêntures e certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio, os CRIs e CRAs, passarão a ser marcados a mercado. Com isso, os investidores poderão acompanhar diariamente o valor dos ativos, como já é comum em carteiras administradas e fundos de investimentos.

A resolução da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima ) vai garantir mais transparência e segurança para o investidor. Bancos e corretoras irão precisar ajustar a tecnologia para oferecer a informação aos investidores, atestam alguns analistas.

Ricardo Jorge, especialista em renda fixa e sócio da Quantzed, casa de análise e empresa de tecnologia e educação para investidores, acredita que a nova regulação é positiva. Essa é uma novidade significativa para o mercado de capitais, principalmente para o investidor pessoa física.

É importante que o investidor tenha acesso à informação e saiba que se levar o investimento até o vencimento não vai realizar prejuízo e a taxa que contratou estará garantida. Agora, o investidor terá acesso ao valor do patrimônio dele exatamente em função de como é a realidade do mercado, afirma.

Ainda segundo o especialista, inicialmente, a mudança pode causar estranheza no investidor. Quem comprou algum ativo prefixado no ano passado com uma taxa de juros mais baixa, por exemplo, com a taxa de juros mais alta atualmente, poderá tomar um susto, já que o título pode valer menos do que valia na data em que fez a compra porque os preços oscilam no mercado secundário. Isso pode trazer preocupação aos investidores, que irão precisar buscar orientações antes de tomar decisões precipitadas, diz Ricardo.

### Volatilidade

Idean Alves, sócio e chefe da mesa de operações da Ação Brasil Investimentos, lembra que como o mercado financeiro é um exercício de oferta e demanda, os investidores precisam ficar atentos que na renda fixa não é diferente. A partir de janeiro, o investidor comum vai ver a renda fixa oscilar e, em alguns casos, como se fosse renda variável, o que para alguns pode ser estranho, em especial para o cliente mais conservador que não gosta de volatilidade. Quem entender bem esse mercado vai poder inclusive sair com um ganho antecipado das aplicações.

O segredo é manter a calma e entender que isso faz parte do movimento de mercado, explica. Idean Alves explica que a marcação a mercado é a flutuação do valor de face do título de renda fixa, como se fosse o preço do papel, pois além da remuneração via juros que essas aplicações pagam, o valor da dívida também oscila no tempo, o que depende muito do prazo do vencimento do investimento e da taxa que foi contratada se comparada com a taxa que está sendo negociada hoje no mercado.

"Quando há uma diferença muito grande, por exemplo, um vencimento longo, com uma taxa 'ruim' se comparada com a da que está sendo negociada no mercado, para se resgatar o título de forma antecipada, é preciso aceitar um deságio (perda) em relação ao que rendeu, e às vezes até do valor aplicado. O contrário também é verdade. Caso aconteça o carrego da aplicação até o vencimento, não há influência direta da marcação a mercado", comenta.

Rodrigo Cohen, analista de investimentos e co-fundador da Escola de Investimentos, vê vantagens dessa novidade para o investidor: "Vai ser possível saber como estão indo os investimentos na vida real. Caso em alguma emergência precise sacar tudo, o investidor vai conseguir saber se está ganhando, perdendo ou dentro do esperado", diz.

Além disso, Cohen lembra que o investidor qualificado, que é aquele que declara que tem mais de 1 milhão para investir, pode assinar o um termo na corretora solicitando para não ver a marcação a mercado diária e manter a evolução do investimento na curva, caso queira.

Ricardo Aragon, sócio-fundador da Matriz Capital, acredita que, no primeiro momento, a marcação a mercado em mais produtos irá causar muito burburinho no mercado: "A maioria dos títulos de crédito privado é indexado ao IPCA e estamos vendo um momento muito ruim de marcação a mercado para o IPCA. E o que o investidor detesta é ver rentabilidade negativa. O investidor é conservador na perda e não aceita olhar o extrato e ver rentabilidade negativa. Infelizmente, acredito que vamos ver muitos saques no início de 2023 de alguns investidores sofrendo com os números, mas na minha visão, essa novidade é importante para cada um saber com quanto vai ficar se sair daquele investimento naquele momento e analisar melhor suas escolhas para tomar decisões mais certeiras", comenta.

Para Bruno Piacentini, economista e professor da Eu me banco, o ano de 2023 é o ano da diversificação de ativos, já que o brasileiro e o mundo todo viram a importância da diversificação no início da pandemia em 2020.

"Não adianta buscarmos soluções rápidas e simplificadas para o nosso dinheiro. Muitos investidores investem somente em renda variável e, neste cenário, apesar da renda fixa estar muito atrativa, não significa que se deva aportar recursos apenas em renda fixa. Como vimos as projeções de cenário, 2023 será um ano marcado pela busca do controle da inflação pelo Banco Central do Brasil, que jogará muito de acordo com o cenário fiscal do país. A expectativa do mercado traz juros altos com inflação estável, portanto, teremos ótimas oportunidades na renda fixa, considerando o juro real", ressalta.

Para quem está começando, Marcus Labarthe, sócio-fundador da GT Capital, recomenda investimentos de prazo mais curto: "Títulos mais longos tendem a sofrer mais caso tenhamos mudanças drásticas econômicas. Tudo depende muito do objetivo da aplicação. Aportes mensais são fundamentais".

# Programa de eficiência energética reúne pequenas e médias indústrias

O programa PotencializEE contabilizou um total de 785 pequenas e médias indústrias no estado de São Paulo inscritas até novembro de 2022. Considerado maior programa de eficiência energética voltado para a indústria brasileira, o PotencializEE é um programa de cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, liderado pelo Ministério de Minas e Energia e coordenado por meio da Agência Alemã de Cooperação Internacional. A aplicação do projeto no país é feita em parceria com o Senai e tem o apoio da Fiesp e Ciesp.

O programa tem foco em pequenas e médias indústrias do estado de São Paulo de 11 segmentos de mercado e projeta uma economia de 7.267 GWh no consumo de energia -- maior que o consumo anual de energia elétrica de todo o Distrito Federal – e a redução de emissões de 1,1 milhão de toneladas de $CO_2$ equivalentes, até 2024. Além disso, o PotencializEE pode proporcionar uma economia para essas pequenas e médias indústrias de 25%, em média.

Dentre as 785 indústrias cadastradas até novembro, 165 delas já estão recebendo o apoio técnico do PotencializEE na etapa do diagnóstico energético para preparar a implementação de projetos de eficiência energética. Dessas, 25% são da área de metalurgia e produtos metálicos, 17% de alimentos e bebidas, 12% de plástico e borracha, além de 10% de máquinas e equipamentos e também de automóveis e peças. Há ainda indústrias dos setores têxtil, química e farmacêutica, cerâmica e vidro, eletroeletrônicos, gráfica, minerais não metálicos e papel e celulose.

A meta do PotencializEE é atender 1 mil empresas até 2024 com diagnósticos e implementar 425 projetos de eficiência energética. Na etapa de diagnóstico, os especialistas do Senai-SP, parceiro técnico do programa, fazem um estudo detalhado das instalações da indústria e identificam oportunidades de eficientização, ou seja, quais medidas poderiam ser tomadas para reduzir o consumo energético daquela planta.

Elas vão desde ações simples como a identificação de pequenos vazamentos de ar, por exemplo, que acabam desperdiçando energia ou mesmo a recuperação de calor residual, aproveitamento de energia solar térmica, bem como a troca de caldeiras, motores e outros equipamentos, dependendo de cada caso. O PotencializEE assegura que a economia de energia prevista no projeto se torne realidade.

No total, estão previstas mais de 150 horas de trabalho dos especialistas do Senai-SP nas empresas que quiserem realizar um projeto de eficiência energética. Nesse contexto, o programa atuou na capacitação e certificação de especialistas em eficiência energética, promovendo mais de 90 horas de treinamento, com foco em módulos tecnológicos, preparação de investimentos, medição e verificação de energia.